

Banco VR S.A.

**Demonstrações financeiras em 30
de Junho de 2022**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 5 |
| Balancos patrimoniais | 8 |
| Demonstrações do resultado | 9 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 10 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 13 |

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. (“Banco”) correspondentes às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria.

A Instituição:

O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos.

Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o Banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações.

O Banco possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo.

Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes.

O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital, neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a “Basileia” em um horizonte de 5 anos.

O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas.

Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.

Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e aos Administradores do

Banco VR S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco VR S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações do Banco VR S.A. são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 22 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

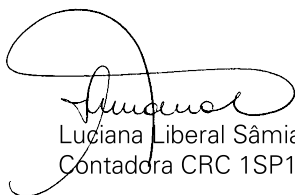
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco VR S.A.**Balancos patrimoniais Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021***(Valores expressos em milhares de Reais)*

| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|---|----------------|----------------|
| Disponibilidades (nota 4) | 14 | 207 | Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos | 317.357 | 413.313 |
| Instrumentos financeiros | 358.706 | 456.879 | Depósitos (nota 10) | 196.445 | 413.311 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5) | 233.082 | 292.353 | Obrigações por operações compromissadas | 120.497 | - |
| Relações interfinanceiras (nota 6) | 125.624 | 164.526 | Relações interfinanceiras | 413 | - |
| | | | Relações interdependências | 2 | 2 |
| Outros instrumentos financeiros | 17.659 | 17.585 | Outros passivos (nota 11) | 37.769 | 38.438 |
| Outros créditos (nota 7) | 17.659 | 17.585 | Cobrança e arrecadação de tributos | 73 | 7 |
| | | | Sociais e estatutárias | 176 | 297 |
| | | | Fiscais e previdenciárias (nota 13) | 16.277 | 14.571 |
| | | | Diversas | 21.243 | 23.563 |
| Investimentos | 5.268 | 5.146 | Patrimônio líquido (nota 15) | 26.544 | 28.088 |
| Participação em controladas no país (nota 8) | 5.263 | 5.141 | Capital de domiciliados no país | 93.738 | 93.738 |
| Outros investimentos | 5 | 5 | Reservas | 8.310 | 8.310 |
| Imobilizado (nota 9) | 23 | 22 | Outros Resultados Abrangentes | - | - |
| Outras imobilizações de uso | 131 | 125 | Prejuízos acumulados | (75.504) | (73.960) |
| (Depreciação acumulada) | (108) | (103) | | | |
| Intangível | - | - | | | |
| Gastos com implantação | 135 | 135 | | | |
| (Amortização acumulada) | (135) | (135) | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 381.670 | 479.839 | TOTAL DO PASSIVO | 381.670 | 479.839 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco VR S.A.

Demonstrações do resultado

Para os semestres findos em 30 de junho 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------------|----------------|
| Receitas da intermediação financeira | 9.439 | 3.700 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 9.439 | 3.700 |
| Despesas da intermediação financeira | (14.162) | (4.343) |
| Operações de captação no mercado | (14.162) | (4.343) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | (4.723) | (643) |
| Outras receitas operacionais | 10.993 | 4.555 |
| Receitas de prestação de serviços (nota 16) | 10.256 | 3.914 |
| Resultado de participação em controladas (nota 9) | 123 | (53) |
| Outras receitas operacionais (nota 18) | 614 | 694 |
| Outras despesas operacionais | (7.787) | (7.359) |
| Despesas de pessoal | (2.318) | (1.881) |
| Outras despesas operacionais (nota 19) | (1.720) | (1.278) |
| Outras despesas administrativas (nota 17) | (3.266) | (3.990) |
| Despesas tributárias | (483) | (210) |
| Resultado operacional | (1.517) | (3.447) |
| Resultado não operacional | (1) | (24) |
| Resultado antes da tributação | (1.518) | (3.471) |
| Imposto de renda e contribuição social (nota 12) | (26) | - |
| Provisão de IRPJ e CSLL | (26) | - |
| Lucro (prejuízo) líquido do semestre | (1.544) | (3.471) |
| Lucro (prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$ | -0,41 | -0,91 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco VR S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Lucro (prejuízo) líquido do semestre | (1.544) | (3.471) |
| Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários | - | (74) |
| Resultados abrangentes do semestre | <u>(1.544)</u> | <u>(3.545)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco VR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Capital realizado | Reservas de capital | Reserva legal | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total |
|---|-------------------|---------------------|---------------|-------------------------------|----------------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 93.738 | 543 | 7.767 | 74 | (67.101) | 35.021 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | (74) | - | (74) |
| Prejuízo líquido do semestre | - | - | - | - | (3.471) | (3.471) |
| Saldos em 30 de junho de 2021 | 93.738 | 543 | 7.767 | - | (70.572) | 31.476 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 93.738 | 543 | 7.767 | - | (73.960) | 28.088 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | - | - | - | - |
| Prejuízo líquido do semestre | - | - | - | - | (1.544) | (1.544) |
| Saldos em 30 de junho de 2022 | 93.738 | 543 | 7.767 | - | (75.504) | 26.544 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco VR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|----------------|
| Lucro (prejuízo) líquido ajustado do semestre | (484) | (2.782) |
| Lucro (prejuízo) líquido do semestre | (1.544) | (3.471) |
| Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do semestre | | |
| Depreciações e amortizações | 6 | 5 |
| Resultado de participação em controlada | (123) | 53 |
| Ajuste ao valor de mercado - TVM | - | (74) |
| Provisões (reversão) para riscos | 1.177 | 705 |
| Varição em Ativos e Passivos Operacionais - (Aumento) / Diminuição | (58.974) | 34.290 |
| (Aumento) redução em títulos e valores mobiliários | - | 2.340 |
| (Redução) aumento de depósitos | (216.865) | 27.987 |
| (Aumento) obrigações por operações compromissadas | 120.497 | 294 |
| (Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências | 39.315 | (5.301) |
| (Aumento) redução de outros créditos | (75) | 177 |
| (Redução) aumento de outros passivos | (1.846) | 8.793 |
| Caixa Líquido Proveniente Aplicado nas Atividades Operacionais | (59.458) | 31.508 |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | (6) | (6) |
| Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento | (6) | (6) |
| Diminuição do caixa e equivalentes de caixa | (59.464) | 31.502 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre | 292.560 | 296.919 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre | 233.096 | 328.421 |
| Diminuição do caixa e equivalentes de caixa | (59.464) | 31.502 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco VR S.A. (“Banco”) opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A com 99,42% de participação.

Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo.

Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 20. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

As Resoluções CMN nº 4.720/2019 e BCB nº2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras do Banco VR S/A com o objetivo principal de trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme art 23º da Resolução BCB nº 2/200, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos anteriores para as quais foram apresentadas; e a inclusão da evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e a Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais mil (R\$), moeda funcional do Banco.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Outros créditos

São representados substancialmente por depósitos judiciais registrados por seus valores históricos.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado de uso

É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização dos gastos de organização e expansão é calculada pelo método linear, a taxa anual de 10%.

h) Valor recuperável de ativos

A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos.

i) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169 em 06 de outubro de 2015.

Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho a dezembro de 2021.

Em 28 de abril de 2022, foi publicado a medida Provisória nº 1115 que determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21%, no caso do banco, e 16% para DTVM. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de agosto a dezembro de 2022.

k) Estimativas contábeis

A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por *impairment* e dos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

l) Resultado recorrente / não recorrente

Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo do Banco no semestre de 2022, no montante de R\$ 1.544 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-----------------------|----------------------|
| Disponibilidades | 14 | 207 |
| Aplicações em operações compromissadas (*) | <u>233.082</u> | <u>292.353</u> |
| | <u>122.488</u> | <u>27.799</u> |

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Aplicações no mercado aberto – posição bancada e financiada (a) | <u>226.999</u> | <u>286.293</u> |
| Letras do tesouro nacional | 63.999 | - |
| Letras financeiras do tesouro | 20.005 | 20.000 |
| Notas do tesouro nacional | 142.995 | 266.293 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | <u>6.083</u> | <u>6.060</u> |
| Certificados de depósito interfinanceiro (b) | <u>6.083</u> | <u>6.060</u> |
| | <u>233.082</u> | <u>292.353</u> |

(a) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas possuem rendimentos de 105,5% a.a. do CDI (2021 - 105,5% a.a. do CDI), com vencimentos entre 01/09/2022 a 15/08/2024 (2021 – 21/02/2022 a 15/05/2055).

(b) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem vencimento até 90 dias.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Pagamentos e recebimentos a liquidar (*) | 125.462 | 162.822 |
| Créditos vinculados | 73 | 57 |
| Correspondentes | <u>89</u> | <u>1.647</u> |
| Total | <u>125.624</u> | <u>164.526</u> |
| Curto prazo | 125.624 | 164.526 |

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A., atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

7. OUTROS CRÉDITOS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Devedores por depósitos em garantia (nota 14.a) | 16.420 | 16.402 |
| Imposto de renda a compensar | 976 | 934 |
| Valores a receber | 102 | 102 |
| Outros | <u>161</u> | <u>147</u> |
| | <u>17.659</u> | <u>17.585</u> |
| Curto prazo | 1.239 | 1.183 |
| Longo prazo | 16.420 | 16.402 |

8. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA

a) Participação em controlada no país

| | VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | |
|---|--|-------------------|
| | Controlada | |
| | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
| % de participação | <u>95,46%</u> | <u>95,46%</u> |
| Capital social | | |
| Patrimônio Líquido | 5.513 | 5.385 |
| Lucro Líquido | 129 | (56) |
| Valor contábil do investimento | 5.263 | 5.141 |
| Resultado de participação em controlada | 123 | (53) |

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços na data-base de 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

9. IMOBILIZADO

| | <u>Taxas anuais de depreciação</u> | <u>30/06/2022</u> | | | <u>31/12/2021</u> | | |
|-----------------------------|--|----------------------------|----------------------------------|------------------|----------------------------|----------------------------------|------------------|
| | | <u>Custo corrigido</u> | <u>Depreciação acumulada</u> | <u>Líquido</u> | <u>Custo corrigido</u> | <u>Depreciação acumulada</u> | <u>Líquido</u> |
| Instalações | 10 | 30 | (30) | - | 30 | (30) | - |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 22 | (18) | 4 | 22 | (18) | 4 |
| Móveis e equipamentos | 10 | 7 | (7) | - | 7 | (7) | - |
| Equipamentos de informática | 20 | <u>72</u> | <u>(53)</u> | <u>19</u> | <u>66</u> | <u>(48)</u> | <u>18</u> |
| Total | | <u>131</u> | <u>(108)</u> | <u>23</u> | <u>125</u> | <u>(103)</u> | <u>22</u> |

10. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Depósitos à vista | 1.991 | 27.785 |
| Depósitos a prazo | 188.965 | 380.223 |
| Depósitos interfinanceiros | <u>5.489</u> | <u>5.303</u> |
| | <u>196.445</u> | <u>413.311</u> |
| Obrigações por operações compromissadas | <u>120.497</u> | - |
| Curto Prazo | 122.702 | 27.847 |
| Longo Prazo | 194.240 | 385.464 |

A principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados ao 97% do CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 20).

11. OUTROS PASSIVOS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Provisão para impostos e contribuições a recolher | 428 | 174 |
| Provisão para riscos fiscais (notas 15.b) | 15.849 | 14.397 |
| Provisão para riscos trabalhistas (nota 14.b) | 89 | 89 |
| Provisão para outros riscos – cíveis (nota 14.b) | - | 275 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 809 | 473 |
| Valores a pagar a sociedades ligadas (a) | 4.879 | 4.879 |
| Pagamento a fornecedor (b) | 15.465 | 17.846 |
| Outros | <u>250</u> | <u>305</u> |
| | <u>37.769</u> | <u>38.438</u> |
| Curto prazo | 21.831 | 23.677 |
| Longo prazo | 15.938 | 14.761 |

a) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi instituído pela Lei No. 13.496/17. Em conformidade com o art. 2º., parágrafo 2º, o Banco utilizou Prejuízo Fiscal de Base Negativa de sua controladora, Szajman Participações Societárias S.A. para pagamento de seus débitos perante a RFB, desta forma, o Banco possui um valor a pagar a sua controladora referente a aquisição desses créditos.

b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos ECs (estabelecimentos comerciais), devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. .

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre:

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações | (1.518) | (6.859) |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes | 759 | 3.430 |
| Adições (exclusões): | <u>(471)</u> | <u>(992)</u> |
| Resultado de participação em controlada | 61 | (25) |
| Outras | <u>(532)</u> | <u>(967)</u> |
| Imposto de renda e contribuição social | - | - |

Em 30 de junho de 2022 não foram constituídos créditos tributários do Banco VR S/A decorrente de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 14.525.

13. OUTROS PASSIVOS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Impostos e contribuições a recolher | 428 | 174 |
| Provisão para riscos fiscais (nota 14.b) | <u>15.849</u> | <u>14.397</u> |
| | <u>16.277</u> | <u>14.571</u> |
| Curto Prazo | 428 | 174 |
| Longo Prazo | 15.849 | 14.397 |

14. PROVISÃO, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Devedores por depósitos em garantia

| | <u>Fiscais</u> | <u>Trabalhistas</u> | <u>Outros</u> | <u>Total</u> |
|--|----------------|---------------------|---------------|---------------|
| Saldo em 01 de janeiro de 2021 | <u>16.215</u> | <u>80</u> | <u>250</u> | <u>16.545</u> |
| Depósitos | - | - | - | - |
| Baixas por pagamento | <u>(66)</u> | <u>(77)</u> | <u>-</u> | <u>(143)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | <u>16.149</u> | <u>3</u> | <u>250</u> | <u>16.402</u> |
| Depósitos | 18 | - | - | 18 |
| Baixas por pagamento | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de junho de 2022 | <u>16.167</u> | <u>3</u> | <u>250</u> | <u>16.420</u> |

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Provisão para riscos fiscais (nota 11) | 15.849 | 14.397 |
| Provisão para riscos trabalhistas (nota 11) | 89 | 89 |
| Provisão para outros riscos – cíveis (nota 11) | - | <u>275</u> |
| Total | <u>15.938</u> | <u>14.761</u> |

c) Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

| | <u>Fiscais</u> | <u>Trabalhistas</u> | <u>Cíveis</u> | <u>Total</u> |
|--|----------------|---------------------|---------------|---------------|
| Saldo em 1 de janeiro de 2021 | 12.379 | 234 | 275 | 12.888 |
| Constituição | 2.187 | 45 | - | 2.232 |
| Baixas | <u>(169)</u> | <u>(190)</u> | <u>-</u> | <u>(359)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | <u>14.397</u> | <u>89</u> | <u>275</u> | <u>14.761</u> |
| Constituição/Atualização (1) | 1.452 | - | - | 1.452 |
| Baixas (2) | - | - | <u>(275)</u> | <u>(275)</u> |
| Saldo em 30 de junho de 2022 | <u>15.849</u> | <u>89</u> | <u>-</u> | <u>15.938</u> |

- 1) Valor referente a constituição/atualização de provisão registrada em outras despesas operacionais (nota nº19 a).
- 2) Reversão de provisão de riscos cíveis e trabalhistas, devido a encerramento de processos, registrado em outras receitas operacionais (nota nº.18).

Riscos Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas, na fase processual de cada ação e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Riscos Cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito classificação de acordo com os assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, a lei, a jurisprudência e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias

Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é:

- ✓ IRPJ - Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991,
- ✓ Execução fiscal proposta pela prefeitura de barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

| | 30/06/2022 | | | 31/12/2021 | | |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Quantidade de Ações | Provisão contábil | Depósito judicial | Quantidade de Ações | Provisão contábil | Depósito judicial |
| Fiscais | | | | | | |
| Provável | 1 | 3.550 | 1.906 | 1 | 3.367 | 1.906 |
| Possível (*) | 1 | 3.313 | 4.644 | 1 | 2.044 | 4.644 |
| Remota (*) | 4 | 8.986 | 9.617 | 4 | 8.986 | 9.599 |
| Trabalhista | | | | | | |
| Provável | 2 | 89 | 3 | 2 | 89 | 3 |
| Cíveis | | | | | | |
| Remota (*) | 1 | - | 250 | 3 | 275 | 250 |
| Ativo não Circulante | - | - | 16.420 | - | - | 16.402 |
| Passivo não Circulante | - | 15.938 | - | - | 14.761 | - |

(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, representam obrigações legais existentes, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado em 30 de junho de 2022 por 3.808.236 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2021), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 93.738 (R\$ 93.738 em 2021).

O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido semestral como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.

16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>30/06/2021</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Rendas por serviço de pagamento (a) | 9.051 | 1.576 |
| Rendas de tarifas bancárias | 1.205 | 2.337 |
| Outras | <u>-</u> | <u>1</u> |
| | <u>10.256</u> | <u>3.914</u> |

(a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda., atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

17. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>30/06/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Despesas de aluguéis | 88 | 94 |
| Despesas de comunicações | 84 | 87 |
| Despesas de processamento de dados | 1.662 | 1.450 |
| Despesas de serviços de terceiros | 502 | 734 |
| Despesas de serviços de vigilância e segurança | 2 | 89 |
| Despesas de serviços de técnicos e especializados | 355 | 636 |
| Despesas de publicações | 108 | 145 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 308 | 631 |
| Despesas de amortização e depreciação | 6 | 5 |
| Outras | <u>151</u> | <u>119</u> |
| | <u>3.266</u> | <u>3.990</u> |

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>30/06/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Reversão de provisões diversas | 297 | 262 |
| Reversão de provisões trabalhistas e cíveis | 275 | 310 |
| Remuneração de impostos a compensar | 42 | 14 |
| Ganhos de processos judiciais (a) | - | 108 |
| | <u>614</u> | <u>694</u> |

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | <u>30/06/2022</u> | <u>30/06/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisão para riscos fiscais (a) | 1.452 | 1.015 |
| Obrigações legais | 259 | 158 |
| Acordo de processos e baixa por pagamento (b) | - | 79 |
| Outras | 9 | 26 |
| | <u>1.720</u> | <u>1.278</u> |

(a) Valor referente a constituição de provisão para riscos fiscais (nota nº.16 c).

(b) Refere-se principalmente a resgate de depósitos judiciais da contraparte conforme acordos celebrados em ações trabalhistas.

20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2022, a remuneração total do pessoal chave da administração foi de R\$ 79 (R\$ 70 em 2021), a qual é considerada benefício de curto prazo.

b) Operações de Crédito

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

c) Transações com partes relacionadas

Os saldos no semestre findo em 30 de junho de 2022 e em exercício de 31 de dezembro de 2021, podem ser resumidos como segue:

| | <u>30/06/2022</u> | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> | <u>30/06/2021</u> |
|--|--------------------|------------------------|--------------------|------------------------|
| | Ativo (passivo) | Receitas (despesas) | Ativo (passivo) | Receitas (despesas) |
| SZAJMAN PARTICIPAÇÕES | | | | |
| SOCIETÁRIAS S.A. (Controladora) | | | | |
| Depósitos à vista | (2) | - | (10) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (1.665) | (114) | (1.592) | (16) |
| Valores a pagar a sociedades ligadas | (4.879) | - | (4.879) | - |
| VR DTVM LTDA. (Controlada) | | | | |
| Depósitos à vista | (82) | - | (81) | - |
| Captações em depósitos interfinanceiros | (5.489) | (276) | (5.304) | (66) |
| VR ALUGUEIS E SERVICOS S.A. | | | | |
| (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (44) | - | (14) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (700) | (48) | (6.730) | (504) |
| VR BENEFÍCIOS E SERV. DE PROC. | | | | |
| S/A. (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (1.133) | - | (26.724) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (155.379) | (10.635) | (335.475) | (2.679) |
| VR DESENVOLVIMENTO DE | | | | |
| NEGOCIOS S.A. (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (46) | - | (13) | - |
| Captações em depósitos a prazo | - | - | (276) | (187) |
| VR ADM.ASS.CORRETAGEM | | | | |
| SEGUROS LTDA. (Parte Relacionada) | | | | |

| | | | | |
|--|----------|---------|----------|-------|
| Depósitos à vista | (45) | - | (2) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (17) | (1) | (27) | (1) |
| MORUMBI DO BRASIL PROJETOS | | | | |
| IMOB. S.A (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (21) | - | (84) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (2.586) | (177) | (2.688) | (8) |
| VR IMOVEIS E SERVIÇOS LTDA. | | | | |
| (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (11) | - | (46) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (6.537) | (447) | (4.005) | (100) |
| VR PRESTAÇÃO DE SERV. ADM. | | | | |
| LTDA. (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (3) | - | (11) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (1.487) | (102) | (1.784) | (14) |
| VR ASSESSORIA DE | | | | |
| INVESTIMENTOS LTDA. (Parte | | | | |
| Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (15) | - | (16) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (2.450) | (168) | (5.660) | (24) |
| VR HOLDINGS S.A. (Parte | | | | |
| Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (29) | - | (11) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (15.874) | (1.087) | (19.303) | (514) |
| SMART.NET HOLDINGS S.A. (Parte | | | | |
| Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (30) | - | (18) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (345) | (23) | (341) | (4) |
| GLOBAL SERVIÇOS DE | | | | |
| MARKETING S/A (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (23) | - | (77) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (750) | (51) | (2.232) | - |
| PONTOMAS TECNOLOGIA S/A | | | | |
| (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (151) | - | - | - |
| Captações em depósitos a prazo | (513) | (35) | - | - |
| REC FARIA LIMA EMPR IMOB SA | | | | |
| (Parte Relacionada) | | | | |
| Depósitos à vista | (10) | - | - | - |
| Captações em depósitos a prazo | (551) | (38) | - | - |
| Outras empresas do grupo | | | | |
| Depósitos à vista | (28) | - | (141) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (105) | (7) | (100) | (1) |
| Acionistas e seus familiares: | | | | |
| Depósitos à vista | (312) | - | (531) | - |
| Captações em depósitos a prazo | (6) | (1) | (10) | (7) |
| TOTAL | | | | |
| Depósitos à vista | (1.985) | - | (27.779) | - |

| | | | | |
|---|-----------|----------|-----------|---------|
| Captações em depósitos a prazo | (188.965) | (12.934) | (380.223) | (4.059) |
| Captações em depósitos interfinanceiros | (5.489) | (276) | (5.303) | (65) |
| Valores a pagar a sociedades ligadas | (4.879) | - | (4.879) | - |

21. ACORDO DA BASILEIA

O BACEN emitiu em 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II. (Resolução 4.193).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal. (Resolução 4.192).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs) | | |
| Patrimônio de referência Nível I | <u>26.795</u> | <u>28.333</u> |
| Patrimônio líquido | 26.795 | 28.333 |
| Ativos ponderados pelo risco (RWA) | <u>157.896</u> | <u>208.855</u> |
| Exposição ao risco de crédito - RWAcpad (anteriormente Pepr) | 129.427 | 182.860 |
| Risco operacional - RWAopad (anteriormente Popr) | 17.607 | 25.995 |
| Patrimônio de referência mínimo exigido | 11.763 | 16.708 |

Em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021, o Patrimônio de Referência do Banco excedeu em R\$ 15.032 e em R\$ 11.625, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

22. OUTROS ASSUNTOS

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo VR, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foram constatados impactos nas operações do Banco VR S.A.

Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.

Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.